

Aspectos da crise

22 MAR 1987
CORREIO BRAZILIENSE

OSVALDO PERALVA

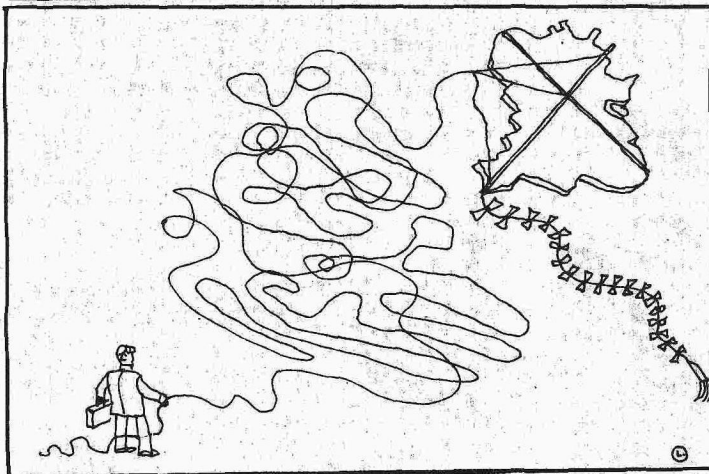
Os problemas que hoje pressionam o presidente José Sarney, e que motivaram a reunião de ontem com empresários paulistas, são os mesmos inscritos na pauta do presidente eleito Tancredo Neves e abordados nas duas entrevistas coletivas por ele concedidas. Trata-se de combater, ao mesmo tempo, a inflação e a recessão.

O tema é antigo.

Quando o governo João Goulart foi posto abaixo pelos militares, uma das alegações para o ato de força é que a taxa inflacionária andava em torno de 60% e em 1964 poderia elevar-se a muito mais. Considerava-se esse índice perigoso. O governo Castello Branco, tendo no comando econômico-financeiro Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões, conseguiu trazer a inflação para o nível de 25 por cento, mediante a contenção do crédito e o arrocho salarial, freando, portanto, o desenvolvimento econômico.

A etapa seguinte, já na administração Costa e Silva, sob a batuta de Delfim Netto, teve como característica uma política oposta, que desafiou um pouco a situação dos assalariados, aumentando assim o poder aquisitivo geral, promoveu maior taxa de crescimento econômico e propiciou a retomada da inflação, artificialmente contida num período, mas que logo iria explodir no governo seguinte.

Acontece que esse tipo de desenvolvimento econômico, posto em prática desde então, iria apresentar feições selvagens, pois enquanto os ricos se tornavam mais ricos, os pobres permaneciam pobres, e em alguns casos ficavam ainda mais pobres. Isso aguçou os desequilíbrios, tanto no plano social quanto no plano inter-



regional. O atraso do Nordeste em relação ao Centro-Sul continuou sendo de 1 para 10, e a diferença individual na renda per capita fez de nosso País um campeão internacional da concentração de renda.

Sob o reinado do general Médici, um dos mais sombrios, do ponto de vista da brutalidade repressora, verificou-se ao mesmo tempo, por circunstâncias especiais, grande taxa de crescimento da economia. Mas o fenômeno da urbanização acelerada, que produziu os fluxos migratórios do campo para a periferia de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e até Brasília, mostrou o vivo contraste de nossa realidade: os abastados acotovelando-se com os miseráveis, na sua vizinhança.

O general-presidente cunhou então sua frase singela e fria: somos um País rico com um povo pobre.

O ministro Mário Henrique Simonsen, que ocupou a pasta da Fazenda no governo Geisel e a do Planejamento no de Figueiredo, reclamou em determinado momento amplos poderes para coordenar toda a área

econômico-financeira. Mas os problemas permaneceram e se agravaram.

Na fase de transição que se iniciou com a eleição direta e posse dos governadores estaduais, a questão social já havia adquirido proporções explosivas. A recessão, provocando desemprego, e a redução sistemática, a cada seis meses, no valor real do salário, conforme decreto do governo Figueiredo, geraram o clima para a desordem dos saques de supermercados, para a onda de assaltos a bancos e outras instituições.

Chegou assim um momento em que não era possível estabelecer prioridade no combate à inflação ou à recessão. Ambas eram prioritárias. Foi o ataque simultâneo aos dois males que se impôs a Tancredo Neves, morto sem poder verificar o êxito ou o fracasso da tentativa. Ele tratou de se equipar com dois auxiliares ocupando posições diversas — o da Fazenda, Francisco Dornelles, dando preferência às medidas antiinflacionárias, e o do Planejamento, João Sayad, preferindo as medidas anti-recessivas.

Herdando a tese e os ministros, Sarney não tardou em sentir a incompatibilidade de operar o delicado jogo com essa dupla. Dornelles foi sacrificado. Agora ingressamos no segundo tempo, com o sacrifício de Sayad e o reforço da posição de Funaro, cuja pasta é acrescida dos mais importantes órgãos econômicos da Seplan.

Como no caso de Mário Simonsen, essa unicidade de comando não é garantia de solução para os problemas. A crise atual é mais complexa precisamente porque não só o Presidente da República insiste em se manter fiel ao legado político de Tancredo Neves, por sua vez uma imposição da realidade econômico-social do País, como também porque as forças políticas e ainda as forças do empresariado não admitem outra saída que não seja a fórmula tancrediana.

Por essa complexidade e pela amplitude da questão, qualquer projeto para encaminhar as soluções econômicas deveria submeter-se ao debate do Congresso, a fim de obter sua contribuição em formulações e em críticas. Lá se encontram, nas bancadas da situação e da oposição, pessoas com experiência de governo e conhecimentos técnicos de indiscutível utilidade em semelhante situação. Certo que nem tudo pode ser posto em debate prévio, até porque algumas providências só produziriam efeito se mantidas em segredo até o último instante. Mas outras — a maioria delas — poderiam beneficiar-se da discussão.

Essa participação, implicando a solidariedade dos representantes do povo, só poderia favorecer o sucesso do projeto.